

De pátria a nação: percursos da construção identitária no Uruguai (1810-1918)

Diferentemente de abordagens que limitam o estudo dos discursos identitários no Uruguai a formulações nacionalistas, este artigo sustenta que o termo “pátria” teve papel central nas lutas políticas das primeiras décadas de existência do país. “Pátria” mostrava-se mais inclusiva e capaz de mobilizar lealdades em tempo de guerras e fragilidade institucional. Somente no final do século XIX, com a consolidação da soberania estatal a partir de Montevideu e a pacificação interna do Uruguai, a categoria “nação” começou a embasar os discursos identitários. Contudo, seu significado não era consensual, e expressava as clivagens político-partidárias do período.

Palavras-chave: identidade nacional; pátria; nação; Uruguai.

Eduardo Munhoz Svartman: doutor em Ciência Política pela UFRGS. Professor da Universidade de Passo Fundo, conselheiro fiscal da Associação Brasileira de Estudos de Defesa e coordenador do GT de História das Relações Internacionais da ANPUH.



Distancing itself from approaches that restrict the study of Uruguayan identitarian discourses to nationalistic formulas, this article sustains that the word “fatherland” played a central role in the political struggles of the earliest decades of the country’s existence. “Fatherland” was more inclusive and more able to mobilize loyalties in times of wars and institutional fragility. Only at the end of the 19th century, with the consolidation of state sovereignty from Montevideo and the internal pacification of Uruguay, did identitarian discourses begin to use the category “nation”. However, its meaning was not consensual, reflecting political party cleavages of the period.

Key words: national identity; fatherland; nation; Uruguay.

1 INTRODUÇÃO

A historiografia que trata da produção dos discursos identitários no Uruguai costuma associar seu objeto de estudo às obras que, desde o final do século XIX, procuraram, de diferentes maneiras, definir o que seria a nação uruguaia. De modo geral, elas identificam o período das modernizações do final do século XIX e início do XX como o momento decisivo para os empreendimentos coletivos de construção das representações a respeito da nacionalidade uruguaia. Todavia, há de se considerar que a produção de discursos identitários no Uruguai não começou com a chamada primeira modernização. Se, como afirma Carolina Laurino, houve uma reelaboração neste período, deve-se também investigar os discursos formulados anteriormente e as possíveis razões para o seu abandono ou reformulação. Com base nisso, argumenta-se neste artigo que os discursos identitários empregados nas lutas políticas das primeiras décadas de existência do Uruguai como país tinham como categoria central do seu repertório a noção de *pátria*.

A idéia de pátria e o sentimento de lealdade e pertencimento local que à época a palavra evocava não implicariam, necessariamente, a mobilização de direitos cívicos, o que permitiria o recrutamento para as constantes guerras do período das várias “nações” que ocupavam o espaço compreendido pela margem oriental do rio Uruguai e a ainda pouco definida fronteira com o sul do Brasil. Quando da assinatura do acordo que definiu sua criação como Estado, a República Oriental do Uruguai quase não tinha uruguaio; em Montevideu grande parte da população era de estrangeiros; ali havia de comerciantes ingleses a tropas de ocupação portuguesas e depois brasileiras, no campo, ao norte do rio Negro, a população dispersa de peões, gaúchos e estancieros com ligações políticas, econômicas e familiares com as províncias de Entre Rios, Corrientes e São Pedro do Rio Grande do Sul nem sempre falava espanhol e tampouco alimentava maiores identificações com

o que se passava na cidade-porto de Montevideu. Por isso, nesse contexto de debilidade da autoridade estatal, por muito tempo a evocação à pátria fora mais útil aos caudilhos que a evocação à nação. A noção de pátria operava bem num Uruguai ainda dominado pelo que J. Barran denominou como a “sensibilidade bárbara”.

Por seu turno, a passagem de pátria a nação como foco dominante do discurso identitário no Uruguai acompanhou a consolidação da soberania estatal a partir de Montevideu. Isto implicou derrotar o caudilhismo, “desbrasileirar” a fronteira norte, submeter essa região à dominação senão exclusiva, pelo menos majoritária da capital e, por fim, submeter ou eliminar as populações rurais não enquadradas no que começava a se definir como moderna exploração pastoril: índios e gaúchos. Paralelamente, deu-se a intensificação da imigração européia (que traria ao Uruguai trabalhadores “modernos” e brancos), a consolidação de um sistema partidário nacional no qual tanto *blancos* quanto *colorados*, embora com diferenças, mostraram-se empenhados na elaboração de discursos identitários nacionais: seja idealizando um gaúcho que não mais existia, no caso dos *blancos*, seja exaltando a modernização batllista entre os *colorados*. O emprego da categoria *nação*, por sua vez, coincidia com a implantação da “sensibilidade civilizada” no Uruguai.

Para demonstrar esse percurso que vai do emprego preponderante da categoria pátria para o de nação nos discursos identitários uruguaios, este artigo recupera rapidamente os significados atribuídos a essas duas palavras para, em seguida, investigar o emprego de cada uma delas nos diferentes contextos da formação política do Uruguai.

2 PÁTRIA E NAÇÃO: MUITOS SIGNIFICADOS DE DOIS QUASE SINÔNIMOS

Duas categorias-chave para o estudo dos modernos Estados e que povoam intensamente os discursos cívicos, pátria e nação não poderiam deixar de acumular significações distintas no decorrer dos duzentos ou trezentos anos do seu emprego sistemático. Se a polissemia traz o risco do emprego anacrônico dessas categorias e de outras a elas relacionadas, o estudo dos sentidos que lhes foram conferidos em diferentes épocas pode ser revelador do tipo de identidade que as formações políticas são capazes de instigar nos diferentes momentos do seu desenvolvimento histórico.

Pensando na França, Lucien Febvre assinala que a palavra pátria não seria muito antiga, tendo aparecido nos dicionários no século XVI. Apesar dos esforços do humanismo em relacioná-la com as virtudes cívicas atenienses ou romanas, pátria designava o patriotismo camponês e local, invocado na época como “pequena pátria”. Para Febvre, pátria “tem ressonâncias carnis e sentimentais profundas. Ela evoca a terra, os mortos; a terra, esse grande ossuário dos mortos.” (Febvre, 1998:152). Assim, pátria, apesar do radical latino e essencialmente político (afinal, tratar-se-ia dos patrícios romanos que nos primeiros séculos eram a própria *res publica* romana), passou a ser empregada no início da era moderna como uma identificação com o lugar, daí seu caráter essencialmente local e sua vinculação com uma espacialidade restrita ao lugar de nascimento (Hobsbawm, 2005: 28). Conforme Febvre, o desenvolvimento da idéia de pátria sofreu uma parada no século XVII, quando o absolutismo e os sentimentos de devoção e lealdade ao rei eclipsaram-na. Seu eclipse, contudo, não deslocou sua identificação com o local. No século XVIII, quando a obediência absoluta aos reis começava a ser contestada, a noção de pátria foi ressignificada, de modo que os críticos do absolutismo mo-

nárquico afirmavam não haver pátria no despotismo e que o patriotismo só floresceria nas repúblicas. Na esteira desse debate, Febvre recupera Rousseau, para quem “Não são nem os homens nem as paredes que fazem a pátria; são as leis, os hábitos, os costumes, o governo, a constituição, a maneira de ser que resulta de tudo isso.” (Rousseau, apud Febvre: 165). Pátria, ainda antes das revoluções americana e francesa, assumia uma conotação política ligada à idéia de contrato social e da criação de uma nova ordem. No decorrer da “Era das Revoluções”, o sentido francês e norte-americano de pátria, e daí de patriotismo, passou a remeter não a fatores étnicos, culturais ou lingüísticos – desenvolvidos somente mais tarde –, mas àqueles que mostravam o seu amor ao seu país desejando renová-lo pela reforma ou pela revolução (Hobsbawm, 2004: 106). Nesse sentido, pátria, na virada do século XVIII para o XIX, poderia remeter tanto a uma identificação telúrica, camponesa, com o lugar de nascimento das pessoas, quanto ao autogoverno e à disposição para fundar uma nova ordem política, inclusive pelas armas.

O desenvolvimento da soberania real, da burocracia e das Forças Armadas que, junto com a economia mercantil, definiu o panorama europeu do Antigo Regime, não tardaria a chegar na América, e assim a transpor e adaptar essa moderna tecnologia de dominação social chamada Estado, que então se desenvolvia. Com ela chegaram também às províncias do Vice-Reinado do Prata as categorias de pátria e nação.

Diferente de pátria, que remete prioritariamente a uma identificação com o lugar, nação, desde a sua origem, é uma identificação com pessoas. Ainda assim, o termo sofreu ressignificações ao longo do tempo. Originalmente o termo designava apenas os habitantes de um local, província ou reino; noutra acepção, designava determinados grupos como corporações ou guildas: nações de mercadores, de estudantes das universidades medievais ou, simplesmente, o estrangeiro (Hobsbawm,

2005: 28). Seu emprego ampliado data das revoluções do final do século XVIII, quando passa a designar uma população soberana que institui um Estado dotado de autonomia sobre o território por ela ocupado. Neste aspecto, o da criação de um corpo político, aproxima-se de uma das acepções de pátria. Contudo, como será abordado adiante, nas décadas iniciais do Estado uruguaio, a nação dirá respeito a um número muito pequeno de pessoas – as que efetivamente tinham cidadania, ao passo que a pátria se revelou uma categoria muito menos restritiva. Outro sentido conferido à palavra nação na região platina na época das independências dizia respeito ao reconhecimento de uma identidade hispano-americana, ou *criolla* (Chiaramonte, 1993: 71). Tratava-se de uma identidade difusa, mas capaz de demarcar a diferença com os espanhóis; com a saída de cena destes, tal conotação esvaziou-se e foi parcialmente absorvida pelo federalismo.

O caráter etnolingüístico e “essencial” aparece apenas com os nacionalismos da segunda metade do século XIX. Antes disso, porém, nação se distinguiu de pátria por estar diretamente associada aos Estados que emergiram na primeira metade deste século e à modernização capitalista que acompanhou os processos de diminuição do campesinato e difusão do trabalho assalariado, o qual pressupôs alfabetização e educação formal (Gellner, 1996: 507). Nessas circunstâncias, a educação – universalizada – tornara-se o principal critério de identidade social e uma das principais obras do Estado, bem como espaço privilegiado de construção e de reprodução da nacionalidade. É nesse contexto otimista da expansão do capitalismo industrial que “a nação consagra a idéia de civilização moderna: trata-se de uma comunidade estruturada com base na convicção de que o progresso é inerente à humanidade e que a acumulação do conhecimento técnico-científico não pode ser detida”. (Domingos; Martins, 2006: 106). O discurso de afirmação de um passado mítico ou de uma cultura ancestral ori-

ginários da nação não é, contudo, contraditório aos projetos de construção nacional; ele consiste numa variante conservadora ou até reacionária, mas igualmente comprometido com uma formulação identitária calcada na sociedade (Gil, 1989: 288). A pátria, por sua vez, jamais se dissociou de todo da identificação com o local.

Uma vez retomadas as linhas mais gerais do desenvolvimento das categorias pátria e nação, cabe agora abordar como elas compuseram, em períodos diferentes, formulações identitárias no Uruguai do século XIX e do início do século XX.

3 A PÁTRIA E A CONFIGURAÇÃO DO URUGUAI “PASTORIL E CAUDILHESCO”

O surgimento do Uruguai como Estado a partir da fragmentação do Vice-Reino do Prata e das disputas entre Montevideu e Buenos Aires e desta com o Rio de Janeiro já foi considerado como o “trauma do nascimento” da nacionalidade uruguaia (Caetano, 1991: 26). A historiografia uruguaia, bastante dada a polarizações como os debates a respeito do legado de Artigas (*leyenda negra x leyenda blanca*) ou da data da independência, que às vésperas do seu centenário teve de ser resolvido por uma comissão especial do Parlamento Nacional, avançou bastante na desconstrução das abordagens que idealizaram o processo de formação do Estado inspiradas no nacionalismo do final do século XIX e do século XX. Estas narrativas que buscavam identificar no período colonial a ancestralidade da nacionalidade produziram uma espécie de “mito das origens” (Pimenta, 2002: 29ss), cuja crítica abriu espaço para se perceber a “pluralidad muy grande de posturas, alternativas, fuerzas y pareceres” que informaram os atores políticos à época da criação do Uruguai e, conseqüentemente, das origens da nacionalidade (Real de Azúa, 1991:19). Essa pluralidade de interesses e opções dos múltiplos atores que operavam no estuá-

DE PÁTRIA A NAÇÃO: PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO URUGUAI (1810-1918)

rio do Prata nas primeiras décadas do século XIX, quando o Antigo Regime e o sistema colonial se esfacelavam na Europa e na América, é chave para se compreender as sucessivas guerras ocorridas na região e os discursos identitários então formulados com mais ênfase na idéia de pátria, com sua capacidade de mobilizar lealdades locais, do que na idéia de nação, que à época evocava um corpo político soberano sobre um território claramente definido.

O caráter traumático da independência uruguaia diz respeito à refuta das oligarquias urbana e rural ao conteúdo radical, senão jacobino, da revolução artiguista e do fato, expresso na Constituição de 1830, de que o país surgiu de um acordo entre Argentina e Brasil mediado pelos britânicos:

Los Representantes nombrados por los Pueblos situados a la parte Oriental del Río Uruguay, que, en conformidad de la Convención Preliminar de Paz, celebrada entre la República Argentina y el Imperio del Brasil, en 27 de Agosto del año próximo pasado de 1828, deben componer un Estado libre e independiente. ¹

O trauma dizia respeito ainda à fragilidade, senão a própria viabilidade do pequeno “Estado-tampão” que então surgia.

Durante o período colonial, a região fora objeto de disputas entre os impérios coloniais espanhol e português, sendo a banda oriental do rio Uruguai um dos principais focos em virtude da sua posição estratégica para o controle da navegação nos rios da bacia do Prata, das suas reservas de gado e do interesse português em ali fixar uma posição que lhe garantisse o comércio de contrabando no escoadouro da prata de Potosi.

A economia que ali se desenvolveu esteve alicerçada na exploração do gado, abatido para a extração de couro e sebo, e para a produção de charque, e no movimentado porto de Montevideu, ponto de articulação entre a estância pastoril e o comércio internacional. Embora Buenos Aires fosse a sede do vice-reinado, Montevideu gozava de certas prerrogativas: possuía aduana própria, desde 1794 era o único porto da região autori-

zado a introduzir escravos africanos e, em 1808, em meio à aguda crise da monarquia espanhola, proclamara “cabildo abierto”, acentuando as tensões com Buenos Aires (Real de Azúa, 1991:19s).

As clivagens políticas que se estabeleceram na região a partir de maio de 1810, quando o cabildo de Buenos Aires depôs o vice-rei, podem ser simplificadas nas seguintes forças: os realistas, leais à Junta de Cádiz, que representava os interesses do Estado espanhol sob ocupação francesa; Buenos Aires, que por décadas buscará submeter as demais províncias à sua autoridade; a elite de Montevidéu, que em diferentes contextos mostrou-se inclinada a manter seus laços com a coroa hispânica e, mais tarde, luso-brasileira; Artigas e a população da campanha, que protagonizaram um movimento de mudança política e social que se chocou ora com a elite de Montevidéu, ora com Buenos Aires, ora com luso-brasileiros; a casa dos Bragança, que entre 1821 e 1828 anexara a Banda Oriental a seus domínios; estancieros-militares do sul do Brasil, que durante a maior parte do século XIX tiveram grande ascendência política e patrimonial sobre o norte do que viera a ser o Uruguai e, por fim, os ingleses, que pretendiam manter suas posições comerciais na região e, após o fim das guerras napoleônicas, garantir uma política de equilíbrio do poder no estuário do Prata.

Essa pluralidade de atores e interesses está na raiz dos sucessivos conflitos, coalizões e inversões de posições que caracterizaram a formação política do Uruguai e dos demais países da região. Ela também torna as narrativas que projetam para essa época um sentimento de nacionalidade, seja “oriental” seja “uruguiaia”, bastante questionáveis. Quanto a isso é importante ter presente que Montevidéu acolheu o vice-rei deposto pelos portenhos, tendo permanecido fiel à Espanha, e que o projeto artiguista visava antes integrar o território e a população da margem esquerda do Uruguai a uma federação

DE PÁTRIA A NAÇÃO: PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO URUGUAI (1810-1918)

que envolvia as demais províncias platinas do que fundar um novo Estado. Diante desta pluralidade de forças e atores, e da necessidade de mobilizar tropas e recursos materiais para implementá-los, já que o monopólio da coerção legítima havia se dissolvido entre 1808 e 1810, o discurso político da época com frequência lançou mão da noção de pátria. Um exemplo bastante rico do repertório discursivo então empregado é a proclamação de Mercedes, feita por Artigas em abril de 1811.

Leales y esforzados compatriotas de la Banda Oriental del Rio de la Plata: vuestro heroico entusiasmado patriotismo ocupa el primer lugar en las elevadas atenciones de la Exma. Junta de Buenos Aires, que tan dignamente nos regentea. Esta, movida del alto concepto de vuestra felicidad, os dirige todos los auxilios necesarios para perfeccionar la grande obra que habéis empezado; y que continuando con la heroicidad, que es análoga a vuestros honrados sentimientos, extermineis a esos genios discolos opresores de nuestro suelo, y refractarios de los derechos de nuestra respetable sociedad. Dineros, municiones y tres mil patriotas aguerridos son los primeros socorros con que la Exma. Junta os da una prueba nada equívoca del interés que toma en vuestra prosperidad [...].²

Essa “proclama” se deu no contexto em que a Junta de Buenos Aires prestava auxílio às tropas dispostas a derrubar a autoridade espanhola na região, e quando Artigas assumia o comando da insurreição contra a Espanha na banda oriental, naquele momento os componentes jacobinos de Artigas ainda não haviam se manifestado. O orador e comandante militar dirige-se a seus “compatriotas” e faz referência preferencialmente ao lugar como elemento aglutinador à causa: “Banda Oriental”, “nuestro suelo”, a legitimidade da ação repousa no patriotismo e nos direitos da sociedade. Artigas falava para uma tropa majoritariamente oriunda da região da campanha (o interior do Uruguai) e se preparava para sitiar Montevidéu, que abrigava o vice-rei expulso de Buenos Aires. Sua tropa, composta por uma minoria urbana e instruída, era formada principalmente por gaúchos e guaranis (Barrán; Nahum, 1972: 89s), de modo que falar em nação, em tal contexto, teria pouca

repercussão. Noutra passagem do seu discurso, Artigas reforça a idéia de união com Buenos Aires e apela novamente a uma identificação com o local para chamar para a luta:

Unión, caros compatriotas, y estad seguros de la victoria. He convocado a todos los compatriotas caracterizados de la campaña; y todos, todos se ofrecen con sus personas y bienes, a contribuir a la defensa de nuestra justa causa. ¡A la empresa compatriotas! Que el triunfo es nuestro: vencer o morir sea nuestra cifra; y tiembren esos tiranos de haber excitado vuestro enojo, sin advertir que los americanos del Sur están dispuestos a defender su patria; y a morir antes con honor, que vivir con ignominia en afrentoso cautiverio.

O encerramento do ciclo revolucionário artiguista e a criação de um Estado uruguaio formalmente autônomo que não fosse nem província do Império do Brasil e nem subordinado a Buenos Aires ou às províncias do litoral seria condição para formulações identitárias nacionais no Uruguai. Todavia, a própria Constituição de 1830 deixava um espaço muito estreito para que a população abrigada pelo território e as leis da República Oriental do Uruguai se percebesse como nação, o que certamente manteve a noção de pátria como um elemento identitário forte por bastante tempo. O art. 4º da Constituição afirmava: “La soberanía en toda su plenitud existe radicalmente en la Nación, a la que compete el derecho exclusivo de establecer sus leyes”, o que implicava a adesão dos constituintes uruguaiois à idéia bastante difundida na época de que nação fosse um corpo político oriundo de um pacto que criava a si e ao Estado (Goldman, 2000: 172). Contudo, o mesmo texto constitucional tratava de restringir drasticamente a parcela da população que poderia integrar a nação. Em seu art. 11, a Constituição previa que a cidadania era suspensa para aqueles que fossem impedidos de trabalhar livre e reflexivamente, para assalariados, peões, soldados, “vagos” (i. e., gaúchos), ébrios, analfabetos, devedores do fisco e solteiros menores de 20 anos. Num país recém-criado de aproximadamente 74 mil habitantes, onde imperava o escravismo tanto na cidade como no cam-

po, ainda com forte presença guarani e charrua, sem instrução pública e majoritariamente agrário, a idéia de nação como corpo político tinha pouco a dizer em termos identitários.³

O caráter excludente da Constituição não garantia a unidade política do patriciado, e o Uruguai, assim como seus vizinhos, viveu um longo período de comoção interna que se entremeava por intervenções e guerras externas. Neste longo período de quase meio século, no qual a viabilidade do pequeno Estado oriental esteve várias vezes em questão, sedimentaram-se clivagens políticas que mantiveram o referencial identitário ainda centrado na idéia de pátria.

Antes da chamada primeira modernização, a economia pastoril se desenvolvia em grandes planícies sem cercas de arame e, em muitas circunstâncias, sem maior observância ao regime de propriedade da terra e do gado. Os instrumentos de trabalho, faca, laço, boleadeira e cavalo, eram os mesmos das guerras; peões, gaúchos e escravos que trabalhavam nos campos ou nos saladeiros eram também a base das tropas mobilizadas nas guerras desse período. Conforme assinala Barrán, a guerra era o estado normal da República, todos os dezessete presidentes da República entre 1830 e 1876 enfrentaram levantes armados, 35% deles foram derrubados, de modo que os mandatos constitucionais de quatro anos duravam em média dois anos e oito meses. A violência desses conflitos era notória: para além das conflagrações armadas, degolas de prisioneiros, assassinatos políticos e vinganças, que geravam mais assassinatos, eram práticas freqüentes numa arena política fortemente marcada pela “sensibilidade bárbara” (Barrán, 1991: 45s).

Os “bandos”, como vieram a ser conhecidos os partidos *blanco* e *colorado*, que na época se forjavam, não reconheciam a legitimidade dos seus oponentes, das suas idéias ou dos seus aliados externos. Ademais, a capacidade de mobilização dos “bandos” dependia muitas vezes mais do poder econômico e

militar das suas lideranças, os caudilhos, do que do voto ou de outra formalização institucional do poder. Nesse contexto, o longo cerco a Montevideú, que durou de 1843 a 1851, definiu as diferenças ideológicas entre os dois partidos. Os *colorados* com a identidade de um partido urbano, receptivo às idéias liberais e estrangeiras, aberto à imigração e ao apoio brasileiro. No conflito, aceitaram apoio da França e da Inglaterra e aliaram-se aos exilados buenaienses contra Juan Manuel Rosas e seu lugar-tenente no Uruguai: Manuel Oribe. Dos 31 mil habitantes de Montevideú, apenas 11 mil eram uruguaios, sendo o comércio e as finanças dominados por europeus. Ao mesmo tempo, a zona rural era *blanca*, o partido dos estancieiros, da autoridade e da tradição recorria ao “americanismo” contra a intervenção estrangeira e para legitimar sua aliança com Rosas neste longo conflito conhecido como Guerra Grande (Lynch, 2001: 673).

Produzir um discurso identitário calcado na idéia de nação como corpo político ou comunidade em meio a tamanho dissenso e violência chega a ser uma quimera. Cabia então à pátria, que evocava “a terra, esse grande ossuário dos mortos”, desempenhar esse papel identitário e mobilizador. A violência e o caudilhismo não esvaziavam o debate político, ao contrário, o alimentavam em sucessivas polêmicas entre as lideranças mais ilustradas e dão a tônica do repertório discursivo da época. Bernardo Prudencio Berro, importante liderança *blanca* e presidente da República entre 1860 e 1864, criticava a “cidade dos europeus” em 1847:

Pero ¿quê ciudad es ésa? Es la ciudad de América, es la ciudad oriental? No; es la ciudad de los europeos [...] es la ciudad que sirve de apoyo a las pretensiones europeas, la ciudad finalmente donde un puñado de rebeldes contumases apenas se descubre entre la multitud extranjera que los tiene absorbidos y los defiende y ampara. ¿Qué se puede atribuir de oriental ni de americano a todo lo que ha hecho Montevideo durante la lucha que sostiene contra los verdaderos americanos y los orientales? Su poder y su fuerza [...] es debido a los extranjeros europeos, y eso no será jamás conside-

DE PÁTRIA A NAÇÃO: PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO URUGUAI (1810-1918)

rado como un hecho americano o oriental. Montevideo dejó de ser pueblo nacional desde que él prepondero com exceso em número y em fuerza el extranjero armado; y su representación especial la perdió desde que fue abandonado de la mayoría de sus vecinos ciudadanos.⁴

A fala de Berro é bastante rica para ilustrar as clivagens políticas e os sentidos que a elas se davam, pelo menos entre os *blancos*, na guerra discursiva que travara com o líder *colorado* Manuel Herrera y Obes durante os primeiros anos da Guerra Grande e do cerco a Montevideú. Embora a categoria nação fizesse parte do repertório discursivo da época, seu emprego, contudo, era modesto e dividia, no discurso de Berro, com evocações identitárias mais amplas como “americanos” ou com a forte evocação geográfica “orientales”.

O fim do conflito em 1851 não resolveu o problema da presença estrangeira no território uruguaio. Tropas brasileiras ali permaneceram até 1855 e a independência formal em 1828 não impediu a continuidade da compra e arrendamento de terras pelos estancieiros rio-grandenses em território uruguaio.

Os colonos brasileiros alcançaram o total de quase 20 mil (sem contar os que não estavam registrados), constituindo 10 a 15 por cento da população total, ocupando 30 por cento do território uruguaio e tendo em mãos algumas das melhores fazendas de gado do país. À medida que foram criando raízes e começaram a difundir sua língua e seus costumes, passaram a constituir um enclave poderoso, com dois aspectos que preocupavam, sobretudo, as autoridades uruguaias: a concentração das estâncias na região da fronteira e a tendência dos colonos a apelar para o seu governo contra qualquer pressão do Uruguai (Lynch, 2001: 678).

A década de 1860 trouxe a recuperação econômica para o Uruguai e trouxe, também, um novo contingente populacional de imigrantes oriundos da Europa. Mais de 50 mil pessoas teriam se estabelecido majoritariamente em Montevideú e, em menor grau, em propriedades rurais de menor porte dedicadas à criação de ovinos de lã, contribuindo para a diversificação da economia e para o surgimento de segmentos

menos atrelados ao caudilhismo; preparavam-se as condições para a modernização.

Um Estado débil que não controlava boa parte do seu território (seja pelo poder dos caudilhos da campanha, seja pela presença de tropas de países vizinhos ou pela ostensiva ação dos proprietários brasileiros ao norte do rio Negro), uma elite política fortemente dividida e disposta a pegar em armas, uma população rural ainda não de todo submetida ao sedentarismo e ao regime de propriedade privada e um grande percentual de imigrantes faziam com que discursos identitários calcados na idéia de pertencimento a uma coletividade tivessem uma repercussão muito menor do que a identidade telúrica e localista que o discurso da pátria, formulado tanto pelos *colorados* quanto pelos *blancos*, era capaz de mobilizar.

4 A NAÇÃO E A CONFIGURAÇÃO DO URUGUAI MODERNO

Nas décadas finais do século XIX o Uruguai sofreu uma série de transformações ligadas à modernização da sua economia exportadora, ao declínio do caudilhismo e da influência argentina e brasileira e à implantação de reformas centralizadoras e laicizantes, responsáveis pelo fortalecimento do poder central e pela longa hegemonia *colorada*. Começava a se configurar o Uruguai moderno e, conforme esse processo avançava, surgiam novos discursos identitários calcados mais na idéia de nação do que na de pátria.

Como mostra a história, as transformações econômicas não foram exclusivas do Uruguai; a América Latina como um todo foi objeto de investimentos, predominantemente ingleses, responsáveis pela modernização do sistema primário-exportador (Donghi, 1989:168). Animados com a expansão dos mercados europeus e norte-americanos, com o barateamento do frete em decorrência do transporte ferroviário e marítimo a vapor e com

a oferta de capitais, setores proprietários uruguaios passaram a se articular em organizações como a Asociación Rural del Uruguay, fundada em 1871, para difundir as práticas de melhoria genético do rebanho e de emprego do arame nos campos (Finch, 2005: 19). Expandia-se a classe dos estancieros empresários, ávidos pela pacificação das lutas internas, pelo fortalecimento do poder central e pelo enquadramento e disciplinamento das populações rurais.

Ressalte-se, porém: a eliminação do poder dos caudilhos em favor do governo central foi um processo lento, violento e articulado com reformas promovidas no sentido de assegurar a propriedade da terra ao latifúndio, criminalizar a população rural marginalizada e de modernizar e fortalecer o exército (Oddone, 2002: 613). Os assassinatos de Bernardo Berro e Venancio Flores em 1868 privaram tanto *blancos* quanto *colorados* das suas lideranças mais expressivas no momento. Contudo, o impacto maior se deu na capacidade das lideranças de estilo caudilhesca articular-se nacionalmente desde então, de modo que, nas décadas seguintes, o caudilhismo restringiu-se cada vez mais à esfera regional. No vácuo dessa ruptura e das clivagens entre as oligarquias, os militares assumiram o poder em 1876, desencadeando um período de reformas modernizantes, mas autoritárias, que se estendeu até 1886 (Caetano; Rilla, 2004: 95). Entre as reformas que envolveram a laicização do Estado, a construção de ferrovias e o fortalecimento da polícia e do exército, a criação da escola pública universal e gratuita visava um impacto de longo prazo na produção de um sentimento de nacionalidade e de disciplinamento das populações que até então vinham sendo mobilizadas nos sucessivos conflitos internos uruguaios. Vista então como paradigma da “civilização” das populações “bárbaras” do campo, a escola deveria converter o gaúcho, descrito pelo discurso da época como afeito ao jogo, à bebida e à violência, num cidadão e “trabalhador útil” (Barrán, 1991: 100s); ou seja, num obediente e laborioso peão.

O principal artífice da reforma educacional de 1876, José Pedro Varela, procurava justificar o projeto a partir de um minucioso diagnóstico das mazelas de seu país, que estaria até então num “deplorável estado de anarquia” política e num “deplorável estado de atraso” quanto à sua produção e indústria. Mais de uma década antes da implantação da reforma, Varela já defendia a idéia segundo a qual “es por médio de la educación del pueblo que tenemos que llegar a la paz, al progreso y a la extinción de los gauchos”. (Varela, 1865: 206). A implantação da ambiciosa reforma de ensino, mais que reformar, criou um sistema nacional de ensino, instituição chave para a difusão de uma identidade nacional, e que, nas previsões de Varela, era capital para realização das demais reformas:

No son las formas aparentes de la organización política ni las declamaciones estériles, ni las aspiraciones a um patriotismo ciego, las que asignan su puesto a las naciones entre las comunidades civilizadas: son sus actos, y sus actos son resultado del estado actual em que se encuentra la colectividad. Mientras esse estado de la colectividad no se transforme, los esfuerzos para conseguir modificaciones importantes serán ineficaces (Varela, 1965: 56).

É possível identificar no reformismo de Varela uma crítica aos discursos identitários calcados na pátria, muito empregados pelos caudilhos em suas lutas, o que para esse político reformista era responsável pela anarquia política. A reforma educacional implantada pelo governo do coronel Latorre estava em sintonia com outra preocupação das autoridades comprometidas com a modernização e a centralização do poder político: a “desbrasilização” do norte uruguaio.

Desde o início da década de 1860, os legisladores uruguaios manifestavam com frequência suas preocupações quanto à presença brasileira ao norte do rio Negro. Tal presença fazia dessa região de ricas pastagens uma extensão da economia pastoril rio-grandense, onde, além de possuir grande quantidade de terras, os estancieiros brasileiros mantinham trabalhadores escravos (o Uruguai havia abolido a escravidão em

DE PÁTRIA A NAÇÃO: PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO URUGUAI (1810-1918)

1846), garantiam o predomínio da língua portuguesa e exerciam forte influência política. Em 1861 o governo uruguaio deu início a uma política de nacionalização da fronteira, que envolveu a fundação de cidades junto à linha divisória (São Eugenio del Cuaraeim, atual Artigas e Villa Ceballos, atual Rivera), o combate ao escravismo, a restrição ao contrabando e, a pedido dos saladeiros de Montevidéu, a taxaço sobre o gado engordado no Uruguai e abatido no Rio Grande do Sul (Barrán, 1974: 81 ss).

No entanto, o alcance dessas políticas foi bastante limitado até o final do século. Pequeno porém significativo exemplo disso é o caso de uma escrava que fugira de Livramento para Rivera em 1872 e que, após apresentar-se às autoridades uruguaias, fora por estas entregue ao seu proprietário brasileiro na linha de fronteira, contrariando a legislação nacional em favor das pressões de um senhor de escravos do país vizinho (Palermo, 2008: 37). Outro indicador do insucesso dessas medidas é que no final dos anos 1880 o tema da “nacionalização da fronteira por todos os meios possíveis” ainda preocupava as autoridades uruguaias:

Necesitamos poblar de colônias nacionales y mixtas una zona fronteriza lo menos de veinte léguas de ancho, [...] como medio de proteger [...] nuestra nacionalidad contra la invasión lenta que nos trae el Brasil. La colonización fronteriza debe ser nuestra muralla china. De outro modo concluiremos por ser tartarizados (Apud Souza, 1995: 163).

Apesar dos seus limites, os instrumentos para submeter o caudilhismo, desbrasileirar a fronteira norte e disciplinar a população rural foram os mesmos: as reformas modernizantes e centralizadoras implantadas a partir da década de 1870. Conforme avançava a chamada primeira modernização, combinada com a visível presença de imigrantes europeus e novas agendas políticas, crescia a demanda por novas formulações identitárias menos afeitas à “pátria vieja” e mais identificada com a moderna idéia de nação.

A poesia e a prosa histórico-literária do final do século XIX constituíram um importante campo de articulação do discurso nacionalista uruguaio. Intelectuais e escritores que vivenciaram esse primeiro ciclo de modernização no Uruguai ficaram conhecidos como a geração de 1878 e tiveram intensa responsabilidade na elaboração do “mito das origens” da nacionalidade uruguaia. Uma das obras de forte impacto naquele contexto foi o poema épico *Tabaré*, de Juan Zorrilla de San Martín, que descrevia os primeiros anos da ocupação espanhola da região desde um ponto de vista dos índios charruas; uma população praticamente exterminada após a criação do Estado uruguaio e que naquele fim de século passaria a simbolizar a “garra” e a “valentia” dos orientais.

Outro protagonista importante é o escritor, político e jornalista Eduardo Acevedo Díaz, que entre os anos de 1888 e 1914 publicou um ciclo de obras destinadas a descrever a formação da nação uruguaia em meio às lutas do final do século XVIII e do início do XIX. Valendo-se de um tom épico e romântico, o autor cria personagens e tramas com vistas a elaborar um sentido originário para a nação:

Branco, negro, mestiço, bronzeado formavam nas mesmas filhas. As mulheres raçadas entremeavam-se com os homens peledores; e desta convivência, desta mistura do valor com a astúcia, desta existência perigosa e turbulenta que ia deixando dispersas suas sementes em um terreno incessantemente cortado pelos esquadões em tropel, formava-se um espírito novo (Díaz, 1997: 50).

Acevedo Díaz referia-se ao “temperamento do tipo crioulo”, que por sua vez “não queria sua terra e suas planuras senão para os nativos”. (Díaz, 1997: 50). O mito de uma nacionalidade originária, forjada na miscigenação e nas guerras aparece numa formulação amadurecida que incorporava o indigenismo de Zorrilla, o qual conferia um caráter trágico – e por isso heróico – aos charruas, a “raça indomável”, e fazia da população rural, e não da cidade-porto, a portadora da nacionalidade uruguaia. Assim o gaúcho, tipo social em vias de extinção em

DE PÁTRIA A NAÇÃO: PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA NO URUGUAI (1810-1918)

função do cercamento dos campos e da ação repressora da polícia e do exército modernos, fora ressignificado como protagonista “natural” do processo de independência e componente originário da nação:

Emoldurado na natureza virgem deste chão, sem rei nem lei [...] este tipo especial de nossa sociabilidade embrionária temperava seu ânimo sob o sol do descampado, adquirindo [...] uma consciência de independência individual e de poder próprio que desenvolvia na luta, tenaz e bravo, sem nunca abdicar daquilo que acreditava ser seu de direito (Díaz, 1997: 88).

A produção identitária que desde então se articulava em torno da nação não era unívoca e refletia, em parte, as clivagens do sistema político-partidário já sedimentado no Uruguai. A obra de Díaz, membro de uma família fortemente identificada com o partido *blanco*, opera no registro que Carolina Laurino qualificou como *orientalidade*. Nesse registro, a identidade nacional é tecida a partir de representações originárias do mito do charrua indômato e do gaúcho. No início do século XX, com a chamada segunda modernização – mais inclusiva, distributiva e democratizadora, essa construção simbólica é reformulada nos termos da *uruguaidade*: cosmopolita, universalista e capaz de integrar os imigrantes. Fortemente identificado com o projeto de Batlle e a hegemonia *colorada*, esse novo discurso nacional positivava agora a população urbana, alfabetizada e pluralista articulada desde um Estado laico garantidor das liberdades públicas e da assistência social: era o mito da “Suíça da América” (Laurino, 2001: 18s e 62).

O segundo ciclo de reformas modernizantes no Uruguai avançou após a emblemática derrota do último levante caudillesco em 1904 pelo presidente da República Jorge Batlle y Ordoñez, figura que dominará o cenário político por duas décadas.⁵ A vitória militar trouxe estabilidade política, favorecida por um período relativamente longo de expansão das exportações, de melhorias na infra-estrutura e de incremento da atividade industrial (Finch, 2005: 24). Neste período, a imigra-

ção também aumentou, e Montevidéu viu crescer as classes médias ligadas ao setor de serviços e uma classe operária moderna, organizando-se em associações e sindicatos. Neste ambiente urbano e afluente os governos Batlle, e seus sucessores, deslocaram cada vez mais a sua base de sustentação para afirmação do Estado como um “mediador neutro” e protagonista de reformas identificadas com o progresso nacional. As reformas modernizadoras compreenderam o aumento do número de ministérios, e logo da ação estatal, a criação do Superior Tribunal de Justiça, a legalização do divórcio (1907), a criação de escolas secundárias departamentais (1912) e o livre acesso à universidade (1916). Envolveram ainda a implantação de uma legislação protetora ao trabalho e direito de sindicalização, jornada de oito horas diárias para trabalhadores urbanos, apoio ao desenvolvimento de indústrias nacionais e, temendo a excessiva dependência financeira, impuseram limitações ao capital inglês, abrindo espaço para o norte-americano (Oddone, 2002: 622ss). Gestava-se o projeto batllista do “Uruguai país modelo”, pacificado, integrado e animado por um discurso identitário no qual a nação se definia pela sua distinção em face dos demais países da América Latina e pela crença numa inserção internacional moderna, urbana e cosmopolita (Caetano, 1991: 25).

Neste ambiente otimista, mas não sem dissenso, os discursos em favor das reformas assumiam relevância não apenas quanto ao conteúdo das reformas propriamente ditas mas como um fator de realização da própria nação. Numa obra sugestivamente intitulada *O problema nacional*, o parlamentar *colorado* José Espalter, crítico da Constituição de 1830 e defensor da eleição popular para o cargo de presidente da República estabelecia o nexo entre as reformas e a nação:

Pero creemos que el actual estado intelectual y moral del pais ofrece material suficiente para grandes progresos, y estos progresos están obstados por falsas y caducas leyes. Hay que removerlas

DE PÁTRIA A NAÇÃO: PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO URUGUAI (1810-1918)

pues. Solo removiéndolas, es que nos pondremos en el camino de la consecución de nuestros destinos nacionales (Espalter, 1905: 9s).

As reformas, com avanços e recuos, acabaram por configurar um sistema político e uma sociedade modernos, ainda que agrário-exportadores. A Constituição de 1918, submetida a um plebiscito em novembro do ano anterior, expressava o avanço da cidadania e facilitava a integração dos numerosos imigrantes e seus descendentes à nacionalidade. Assim, a expansão do sufrágio masculino era garantida através do seu art. 9º, que proclamava: “Todo ciudadano es miembro de la soberanía de la Nación; como tal es elector y elegible”. O art. 8º assegurava a nacionalidade uruguaia a todos os nascidos no território, independente da filiação. Dos estrangeiros, requeria apenas que, tendo professado alguma ciência, arte ou indústria, residissem no país por três ou quatro anos.⁶

Um aspecto importante dos discursos identitários uruguaio relaciona-se com a duração e a centralidade dos partidos políticos, os quais estiveram diretamente associados à questão nacional. Diferente de outros países da América Latina, no Uruguai a identidade nacional esteve fortemente associada ao funcionamento do seu sistema bipartidário, a ponto de as definições do nacional serem quase que a resultante de um pacto republicano inacabado e permanentemente renovado. Afinal, os partidos são praticamente tão antigos quanto o próprio Estado nacional (Caetano, 1999: 29).

Na segunda década do século XX o Uruguai “pastoril e caudilhesco” já não existia mais; a identidade localista definida pelo discurso centrado na idéia de pátria e nas constantes mobilizações armadas fora substituída por dois discursos distintos e concorrentes, porém centrados na idéia de nação e em sintonia com uma sociedade pacificada e modernamente disciplinada. De um lado, o gaúcho e o charrua ressignificados passavam a designar a nação originária invocada pelos *blancos*; de outro, a nação era a expressão de uma cidadania inte-

gradadora, moderna e cosmopolita, afirmada pelos *colorados*.

Nos percursos aqui demarcados pode-se identificar que os discursos identitários no Uruguai não estiveram restritos a repertórios centrados na categoria nação e que as formulações identitárias não começaram com o Uruguai moderno. Largamente empregada, a noção de pátria desempenhou um papel importante na afirmação e na mobilização de lealdades nos primeiros cinquenta anos de existência desse pequeno Estado platino. Somente com as transformações do final do século XIX e do início do XX esta cedeu espaço à nação como categoria-chave dos discursos identitários, completando assim um longo percurso de pátria a nação.

REFERÊNCIAS

BARRÁN, José. **Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco. 1838-1875**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1974.

_____. **Historia de la sensibilidad en el Uruguay**. 2v. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991.

BARRÁN, José; NAHUM, Benjamin. **Bases económicas de la revolución artiguista**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1972a.

_____. **Historia social del Uruguay moderno: las revoluciones de 1897 y 1904**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1972b.

CAETANO, Gerardo. Notas para uma revisão histórica sobre la “cuestión nacional” en el Uruguay. In: ACHÚGAR, Hugo (Ed.). **Cultura(s) y nación en el Uruguay de fin de siglo**. Montevideo: Logos, 1991.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Historia contemporánea del Uruguay**. Montevideo: ClaeH, 2004.

CHIARAMONTE, José. El problema de los orígenes de los esta-

dos hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. **Anos 90**, v.1, n. 1, 1993.

DIAZ, Eduardo Acevedo. **Pátria uruguaia**. Antologia. Porto Alegre: IEL, 1997.

DOMINGOS, Manuel; MARTINS, Mônica. Significados do nacionalismo e do internacionalismo. **Tensões Mundiais**, v.2, n.1, jan. / jul. 2006.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ESPALTER, José. **El problema nacional**. Montevideo: Imp. La Tribuna Popular, 1905.

FEBVRE, Lucien. **Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FINCH, Henry. **La economía política del Uruguay contemporáneo. 1870-2000**. 2.ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

GELLNER, Ernst. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Eds.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

GOLDMAN, Noemi. El concepto de "Constitución" en el Río de la Plata (1750-1850). **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**. n. 17, maio 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780. Programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2004.

LAURINO, Carolina Gonzáles. La construcción de la identidad uruguaya. Montevideo: Taurus, 2001.

GIL, José. Nação. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989.

LYNCH, Jonh. As repúblicas do Prata da independência à Guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América**: da independência até 1870. São Paulo: EdUSP, 2001.

ODDONE, Juan. A formação do Uruguai moderno, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: 1870 a 1930. V.5. São Paulo: EDUSP, 2002.

PALERMO, Eduardo. **Tierra esclavizada**: el norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19. Dissertação (Mestrado) - Passo Fundo: UPF, 2008.

PIMENTA, João Paulo. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2002.

REAL DE AZÚA, Carlos. **Los orígenes de la nacionalidad uruguaya**. 2 ed. Montevideo: Instituto Nacional del Libro / Arca, 1991.

RECKZIEGEL, Ana Luiza. **A diplomacia marginal**: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguay (1893-1904). Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

SOUZA, Susana Bleil de. Identidade e nacionalismo no processo de integração da fronteira uruguiaia no final do século XIX. **Humanas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1-2, 1995, p. 151-169.

VARELA, José Pedro. Los Gaúchos. **Revista Literária**, Montevideo, jul. 1865.

_____. **Obras pedagógicas**. La legislación escolar. Montevideo: Colección Clásicos Uruguayos, 1964.

NOTAS

¹ Preâmbulo da Constituição uruguiaia de 1830, disponível em www.parlamento.gov.uy/constituiciones/const830.htm. Acesso em: 19.3.2009.

² Discurso de José Artigas no Quartel General de Mercedes, 11 de abril de 1811. Publicado em *El Observador*, suplemento Fin de Semana, sábado 23 de setembro de 2000.

³ O caráter oligárquico dessa formação política foi descrito por Barrán ao assinalar que nas eleições de 1860 numa Montevideú de 60 mil habitantes havia não mais que 1.500 eleitores, dos quais votaram apenas 662 (Barrán, 1974, 78).

⁴ OBES, Manuel Herrera; BERRO, Bernardo. *El caudilismo y la revolución americana*. Colección Clásicos Uruguayos. Montevideo: biblioteca Artigas, 1966. Apud CAETANO, G. e RILLA, J. 2004, p. 81.

DE PÁTRIA A NAÇÃO: PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO URUGUAI (1810-1918)

⁵ A vitória das forças governamentais sobre a Revolução de 1904 é emblemática não apenas por ter debelado a última insurreição armada significativa dos caudilhos blancos contra a hegemonia colorada, mas também pelo uso de modernas armas e das ferrovias pelas tropas do exército (Barrán; Nahum, 1972) e por ter contornado as históricas conexões desses caudilhos com os rio-grandesnes na região da fronteira. Para essa questão, ver RECKZIEGEL, 1999.

⁶ Constituição uruguaia de 1918, disponível em <http://www.parlamento.gub.uy/Constituciones/Const918.htm>. Acesso em: 19.3.2009.